

Inter-relações entre desigualdade territorial, desenvolvimento midiático regional e fragilidade de políticas públicas na fronteira de Mato Grosso do Sul¹

Sonia Virgínia MOREIRA²

Daniela Cristiane OTA³

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Resumo

A articulação proposta entre as variáveis desigualdade territorial, subdesenvolvimento midiático regional e fragilidade das políticas públicas sugere neste artigo que o problema da comunicação nas cidades fronteiriças não é apenas técnico ou infraestrutural, mas também político e cultural. Ao excluir determinadas populações do circuito comunicacional-informacional, o Estado contribui para o agravamento de diferenças pré-existentes, que incluem a qualidade da informação. Nessa perspectiva, a mídia atua como mediadora de representações desses espaços, podendo tanto reforçar estigmas quanto visibilizar dinâmicas locais. Este artigo é parte de pesquisa empírica iniciada em 2025, respaldada pela análise documental, pelo histórico de políticas públicas de governos (federal, estadual, municipal) e pela presença de meios audiovisuais em quatro municípios na faixa de fronteira do sudoeste de Mato Grosso do Sul (microrregião de Iguatemi) com Índices de Desenvolvimento Humano Municipal Baixo: Tacuru, Coronel Sapucaia, Paranhos e Japorã. O objetivo é explorar a dimensão, o uso e a apropriação, pelos municípios, da infraestrutura técnica-tecnológica em espaço classificado como de IDHM Baixo (0,500 a 0,599) nas dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda – conforme indicadores nacionais disponíveis (Atlas Brasil, 2015). Os quatro municípios analisados são os únicos de Mato Grosso do Sul listados no menor patamar do IDHM e diferem da média estadual de 0,742 (IDHM Médio) na métrica adotada pelo PNUD Brasil. A investigação evidencia uma correlação entre isolamento geográfico, baixa densidade populacional e exclusão informacional, agravada pela ausência de políticas públicas efetivas de comunicação.

Palavras-chave: Mídia Audiovisual; Índices Regionais de Desenvolvimento; Cidades Pequenas; Fronteira; Mato Grosso do Sul

Mato Grosso do Sul é um estado com 79 municípios e com duas fronteiras muito expressivas e significativas, ao sul com o Paraguai e a oeste com a Bolívia. Mais da metade das cidades, 45 delas, tem parte ou todo o território localizado na faixa de fronteira

¹ Trabalho apresentado no GP Geografias da Comunicação, 25º Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Ciências da Comunicação (USP), Pesquisadora do Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional em Mato Grosso do Sul – FUNDECT/CNPq e professora visitante do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. E-mail: soniavm@gmail.com

³ Doutora em Ciências da Comunicação (USP), professora do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. E-mail: daniela.ota@ufms.br

com esses países vizinhos. A linha divisória com os dois países totaliza 1.517 quilômetros de fronteira e compreende as regiões Sul, Sudeste e Oeste do estado, dos quais 1.131 quilômetros são com o Paraguai e 386 quilômetros com a Bolívia. Desse espaço, 730,8 quilômetros constituem fronteira seca direta com esses dois países (IBGE, 2021).

Historicamente, o geógrafo e pesquisador da ocupação territorial sul-matogrossense Walter Guedes da Silva (2011) relata que a região passou por diversos conflitos e disputas até chegar à atual conjuntura política. Pelas terminologias utilizadas por Silva, de 1617 a 1750 foi território dominado pela Colônia Espanhola, sendo chamado de Província do Paraguai. De 1750 a 1822 passa a ser dominado pela Colônia Portuguesa, designado territorialmente como Capitania de Mato Grosso. De 1864 a 1870, período em que ocorreu a Guerra do Paraguai, pela terminologia do autor, o domínio foi do Paraguai República, se tornando o Departamento do Alto Paraguay. Nessa fase, os registros apontam que o Paraguai ocupou o espaço centro-sul do então estado de Mato Grosso. Ao todo, Silva enuncia oito períodos até chegar a 1977 quando, sob o domínio do Brasil República, se torna estado de Mato Grosso do Sul.

Por esse breve percurso histórico não é de se estranhar que historiadores apontem uma relação de proximidade do centro-sul muito maior com o Paraguai do que com Cuiabá (capital da província e posteriormente do estado uno). Essa ligação territorial, cultural e afetiva está também registrada em canções regionais como a música *Sonhos Guaranis*, de Almir Sater e Paulo Simões, que diz: “Mato Grosso espera, esquecer quisera o som dos fuzis. Se não fosse a guerra, quem sabe hoje era um outro país”.

O desenvolvimento regional do sul do estado de Mato Grosso do Sul tem conexão direta com o Paraguai e também com as dinâmicas sociais, econômicas e de segurança do país vizinho. A região é pródiga em notícias sobre contrabando e crime organizado, principalmente na fronteira com o Paraguai. A criminalidade é uma forte característica da região, que carrega a marca de ser propensa a práticas criminosas, especialmente as lideradas por facções brasileiras como Primeiro Comando da Capital (PCC), de São Paulo, e Comando Vermelho (CV), do Rio de Janeiro, que atuam fortemente nessa fronteira disputando o controle do tráfico de drogas e armas para o Brasil e também para vários outros países.

Na linha da fronteira, na demarcação do território nacional, estão situados nove municípios do lado brasileiro – Antônio João, Bela Vista, Caracol, Coronel Sapucaia,

Mundo Novo, Paranhos, Ponta Porã, Porto Murtinho e Sete Quedas. Dois deles apresentam o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) mais baixos do estado: Coronel Sapucaia e Paranhos. Observando-se o conjunto dos municípios, o estado está na faixa de IDHM Médio (0,742) e o índice mais sensível de desenvolvimento observado foi o IDHM Baixo, na faixa de 0,555. Na região não foi verificada nenhuma cidade com IDHM Muito Baixo, que varia de 0,385 a 0,550 pontos. Na faixa de IDHM Baixo, além das duas cidades mencionadas, também estão Japorã e Tacuru, que compõem a faixa de fronteira. Considerando esses indicadores investigamos a relação entre a localização geográfica, a posição no IDHM e o desenvolvimento comunicacional local.

A mídia nos municípios com menor IDHM

Os quatro municípios (Tacuru, Paranhos, Coronel Sapucaia e Japorã) têm baixa densidade demográfica e população inferior a 15 mil habitantes, o que os coloca na categoria de cidades pequenas. Eles diferem da média estadual de 0,742 (IDHM Médio) na métrica adotada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil. No geral, em cidades com essas características, evidencia-se escassa infraestrutura de mídia e de tecnologias da informação e da comunicação. Levando-se em consideração as diferenças socioeconômicas e o contexto regional, essa falta de infraestrutura técnica-tecnológica afeta o desenvolvimento e o acesso à informação.

Quadro 1 – Municípios analisados

Município	População	Densidade Demográfica
Tacuru	10.808	6,06
Paranhos	12.291	9,89
Coronel Sapucaia	14.289	13,96
Japorã	8.148	19,56

Fonte: IBGE, 2025.

O baixo desenvolvimento dos meios de comunicação em pequenas cidades é comum em outras localidades brasileiras, apesar de os números globais apontarem tendências de crescimento expressivo em relação ao acesso e ao uso das tecnologias e dos meios de comunicação.

Em relação aos meios de comunicação existentes nas localidades analisadas (Quadro 2) foram identificadas cinco emissoras de rádio, duas comunitárias e três FM's. O conjunto dos meios se completa com nove retransmissoras de televisão de sinal digital (RTVD) nos quatro municípios estudados.

Quadro 2 – Emissoras locais e retransmissoras

Municípios	Rádios Comunitárias	Rádios FM	Retransmissoras de TV Digital
Japorã	1	0	0
Tacuru	1	1	5
Paranhos	0	1	3
Coronel Sapucaia	0	1	1

Fonte: Sistema RADCOM WEB – Ministério das Comunicações. Atualizado em 06/06/2025

Os dados apurados mostram que há uma correlação direta entre isolamento geográfico, baixa densidade populacional, baixo índice de desenvolvimento e déficit de comunicação institucionalizada. A ausência de meios de comunicação locais impede que as demandas e vivências da população fronteiriça ganhem visibilidade, tanto em nível regional quanto nacional.

O cruzamento dos dados demográficos, territoriais e comunicacionais dos quatro municípios na fronteira sudoeste de Mato Grosso do Sul evidencia uma lógica de exclusão informacional em áreas de vulnerabilidade social. Essa carência de mídias locais reforça desigualdades, dificulta a promoção de políticas públicas e perpetua a marginalização de populações já fragilizadas tanto em termos de cidadania quanto de segurança.

Moreira e Del Bianco (2019) investigaram essa relação entre acesso à informação, contexto regional e desenvolvimento em 32 municípios brasileiros com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Muito Baixo. A análise utilizou diversas fontes como referência (Anatel e IBGE entre as principais), fundamentada em conceitos geográficos de Milton Santos (espaço e território) e Manuel Castells (geografia da internet e divisão digital) e indicadores sociais desenvolvimento humano (PNUD). A pesquisa

focou nos 32 municípios com IDHM Muito Baixo, localizados principalmente nas regiões Norte e Nordeste, que somam 0,57% dos municípios brasileiros e abrigam cerca de 670 mil habitantes, a maioria população em área rural. Nesses locais, a renda per capita é baixa e a desigualdade é alta, conforme o índice Gini. A estrutura econômica da mídia no Brasil, com a centralização da produção de conteúdo em metrópoles e o caráter predominantemente comercial na busca por receitas, leva à baixa presença de emissoras de rádio e TV locais nesses municípios mais pobres. Os dados mostraram que apenas 18% desses municípios possuíam rádio FM e 6,2% rádio AM. Embora 71% tivessem retransmissoras de TV analógica e 68% digital, a estimativa era de que o desligamento do sinal analógico em 2023 piorasse a situação de vulnerabilidade informacional.

No estado de Mato Grosso do Sul, a análise em 2025 das condições apresentadas neste artigo também mostrou que há uma correlação direta entre isolamento geográfico, baixa densidade populacional, baixo IDHM e déficit de comunicação institucionalizada. Com base em autores como Haesbaert, Martín-Barbero, Castells e Abernathy, avaliamos que a escassez de infraestrutura técnica-tecnológica impede que as demandas e vivências da população fronteiriça ganhem visibilidade, porque informação e comunicação são essenciais para promover a cidadania e enfrentar desigualdades estruturais em regiões limítrofes como as fronteiras.

A invisibilidade e a disputa simbólica

Os territórios de fronteira são espaços de contato, conflito e circulação, tanto de pessoas quanto de narrativas. Para Haesbaert (2004), a fronteira não é apenas um limite geográfico, mas uma construção simbólica que pode gerar formas de identidade, exclusão e pertencimento. Nessa perspectiva, a mídia atua como mediadora de representações desses espaços, podendo tanto reforçar estigmas quanto visibilizar dinâmicas locais.

Martín-Barbero (2003) argumenta que os meios de comunicação operam como mediadores culturais em territórios onde o Estado muitas vezes é ausente. Assim, a vulnerabilidade tecnológica e a escassez dos meios de comunicação em regiões de fronteira podem ser compreendidas como parte de um processo de marginalização comunicacional, no qual o direito à informação e à expressão são limitados. Essa carência torna as comunidades mais suscetíveis ao domínio de narrativas externas, em especial aquelas associadas a violência, criminalidade e ilegalidade. Aprofunda as desigualdades

estruturais que em regiões de fronteira já são bastante evidenciadas. Porto (2012) destaca que os territórios que não produzem suas próprias narrativas ficam à mercê de estereótipos construídos pela mídia nacional. Isso contribui para o “silenciamento midiático” de temas relevantes para a população local e perpetua um ciclo de invisibilidade pública.

Exclusão digital e desigualdades

A exclusão digital não se limita ao acesso à internet, mas diz respeito a um conjunto de desigualdades relacionadas à infraestrutura, à alfabetização digital, à produção de conteúdos e à autonomia comunicacional. Para Castells (2003), a exclusão das redes digitais contemporâneas implica exclusão de processos centrais de poder, cultura e economia.

O conceito de “deserto de notícias”, desenvolvido pelo projeto News Deserts na Universidade da Carolina do Norte (Abernathy, 2018), também é útil aqui: comunidades sem presença jornalística local são mais vulneráveis à desinformação, à corrupção e à ausência de *accountability* (prestação de contas pelo poder público). Essas zonas informacionais escassas tendem a coincidir com áreas de baixa renda e menor presença do Estado, como é o caso das cidades fronteiriças analisadas neste estudo.

No Brasil, dados do Cetic.br (2024), integrado ao Comitê Gestor da Internet do Brasil (CGI.br), apontam que o acesso à internet nas regiões Norte e Centro-Oeste ainda é desigual e que em cidades pequenas a conectividade está muito abaixo da média nacional, comprometendo tanto a comunicação cotidiana como também o acesso a serviços básicos mediados por plataformas digitais.

Políticas públicas de comunicação, ausências

O Brasil possui um histórico de fragilidade nas políticas públicas de comunicação, especialmente no que diz respeito ao fomento de mídias locais e comunitárias. Para Santos (2016), a concentração da propriedade da mídia – aliada à ausência de políticas sustentáveis para rádios comunitárias, TVs locais e plataformas digitais regionais – agrava o cenário de desigualdade informacional no país.

A Lei nº 9.612/98, que instituiu o Serviço de Radiodifusão Comunitária, foi um passo importante na superação da desigualdade de acesso a canais de radiodifusão, mas

a burocracia, o sucateamento tecnológico e a dificuldade de financiamento ainda atrapalham a prática efetiva do direito à comunicação nesses espaços. Bolaño (2000) observa que, sem políticas estruturantes que articulem cultura, educação e comunicação, as iniciativas locais permanecem isoladas e vulneráveis.

O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), embora represente um avanço nos direitos digitais, não resolve as disparidades estruturais de conectividade, especialmente em áreas de fronteira, onde a iniciativa privada não encontra atratividade econômica e o Estado muitas vezes se omite. Por isso, a articulação entre desigualdade territorial, subdesenvolvimento midiático e fragilidade das políticas públicas sugere que o problema da comunicação nas cidades fronteiriças não é apenas técnico ou infraestrutural, mas também político e cultural. Ao excluir determinadas populações do circuito informacional, o Estado contribui para o adensamento das desigualdades já existentes.

Portanto, mais do que levar sinal digital ou ampliar o número de meios de comunicação, trata-se de promover o direito à comunicação como instrumento de cidadania e desenvolvimento regional e reconhecer os territórios de fronteira como produtores legítimos de conhecimento, cultura e informação.

Considerações finais

A evidência da presença restrita de mídia audiovisual nos municípios de fronteira na faixa de IDHM Baixo no sudoeste de Mato Grosso do Sul mostra o cenário de invisibilidade comunicacional que aprofunda desigualdades já enraizadas numa região de fronteira. Nas cidades de Tacuru, Coronel Sapucaia, Paranhos e Japorã, observa-se uma correlação entre indicadores socioeconômicos frágeis, baixa densidade populacional e escassez de infraestrutura midiática. Examinados nesse conjunto, revelam um padrão de exclusão informacional que pode comprometer o exercício pleno da cidadania.

Embora a aceleração global do acesso digital e das tecnologias de informação ocorra em escala mundial, o contexto dos municípios selecionados demonstra que essas transformações ainda não alcançam de forma equitativa os territórios de fronteira, especialmente os mais pobres e periféricos. A escassez e fragilidade de meios de comunicação audiovisuais nas localidades representa, para além da limitação técnica, o

déficit de políticas públicas, inclusive locais, comprometidas com o direito à comunicação.

O aporte de autores como Haesbaert, Martín-Barbero, Castells e Abernathy destaca que a comunicação em espaços de fronteira não pode ser dissociada das lógicas territoriais, culturais e políticas. A falta de vozes locais fortalece estigmas, como o da criminalidade, e dificulta aos habitantes dessas regiões atuarem na construção de suas próprias narrativas. E quando uma comunidade não produz suas próprias histórias, acaba sendo representada por estereótipos impostos por agentes externos, o que perpetua sua marginalização simbólica, como assinala Porto (2012).

A fragilidade das políticas públicas de comunicação e os limites estruturais do Marco Civil da Internet mostram que ampliar o acesso à tecnologia não é suficiente. É preciso também garantir condições reais de produção de conteúdo, autonomia comunicacional (viabilidade financeira) e sustentabilidade (legal) para os meios de comunicação locais. O processo de inclusão informacional em áreas sensíveis como a faixa de fronteira depende da articulação entre Estado, sociedade civil local e iniciativas comunitárias para conectar comunicação, educação, cultura e desenvolvimento.

A proposta desta análise inicial (e pontual) é contribuir para o entendimento de que a ausência de infraestrutura técnica-tecnológica, principalmente nas cidades pequenas, se reflete nas desigualdades territoriais. O fortalecimento da mídia audiovisual local é medida estratégica para o enfrentamento da exclusão social e para a valorização da diversidade cultural e informacional dessa região de fronteira. Promover o direito à comunicação no espaço aqui considerado é desafio técnico e/ou administrativo e também uma questão de democratização de acesso e uso dos meios audiovisuais pelos habitantes locais.

Referências

ABERNATHY, Penelope Muse. **The expanding news deserts**. Center for Innovation and Sustainability in Local Media, University of North Carolina, 2018.

ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fundação João Pinheiro (FJP), 2015. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br> Acesso em: 04. jun.2025.

BOLAÑO, César R. S. **Indústria cultural, informação e capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 2000.

BRASIL. Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 20 fev. 1998.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Marco Civil da Internet. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 24 abr. 2014.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet**: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CETIC.br – Comitê Gestor da Internet no Brasil. **TIC Domicílios 2023**: pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros. São Paulo: CGI.br, 2023. Disponível em: <https://cetic.br/pt/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2023> Acesso em: 15 março 2025.

GUEDES DA SILVA, Walter. **A ocupação territorial em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: UFMS, 2011.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**: Mato Grosso do Sul. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms.html> Acesso em: 24.fev.2025

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia (3ª ed.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

MOREIRA, Sonia V. & DEL BIANCO, Nélia. R. Comunicações, território e desenvolvimento regional em municípios brasileiros com IDHM Muito Baixo. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 15 n. 4, julho 2019. Em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/4842> Acesso em 12.jun.2025.

PORTO, Mauro. **Televisão e política no Brasil**: mídia, democracia e o público. São Paulo: Paulus, 2012.

SANTOS, Suzy dos. Concentração midiática e políticas públicas de comunicação no Brasil: entraves e desafios. **Revista Comunicação & Sociedade**, v. 38, n. 1, p. 31–48, 2016.

SISTEMA RADCOM WEB – Ministério das Comunicações. **Consulta pública sobre emissoras comunitárias e retransmissoras**. Atualizado em: 06 jun. 2025.

VISUAL CAPITALIST. **How long does it take to reach 50 million users?** 2018. Disponível em: <https://www.visualcapitalist.com>. Acesso em: 18 jun.2022.